



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

VITÓRIA MAYANE NUNES SILVA

**TRANSEXUALIDADE: OS CONCEITOS E AS INVISIBILIDADES DE SUAS
SUBJETIVIDADES**

**GUARABIRA
2024
VITÓRIA MAYANE NUNES SILVA**

TRANSEXUALIDADE: OS CONCEITOS E AS INVISIBILIDADES DE SUAS SUBJETIVIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
de História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura plena em História.

Orientador (a): Prof. Dra. Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega

**GUARABIRA
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva, Vitoria Mayane Nunes.
Transexualidade [manuscrito] : os conceitos e as invisibilidades de suas subjetividades / Vitoria Mayane Nunes Silva. - 2024.
18 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2024.

"Orientação : Prof. Dra. Elisa Mariana de Medeiros
Nóbrega, Departamento de História - CH".

1. Trans. 2. Gênero. 3. Subjetividades. I. Título

21. ed. CDD 306.77

VITORIA MAYANE NUNES SILVA

TRANSEXUALIDADE: OS CONCEITOS E AS INVISIBILIDADES DE SUAS
SUBJETIVIDADES

Artigo Científico apresentado à
Coordenação do Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciada em História

Aprovada em: 21/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega** (***.088.104-**), em **27/11/2024 08:39:50** com chave **5007778eacb411ef865c2618257239a1**.
- **Lidineide Vieira da Costa** (***.282.084-**), em **27/11/2024 10:13:27** com chave **63853672acc111ef999f1a1c3150b54b**.
- **Joedna Reis de Meneses** (***.281.544-**), em **27/11/2024 19:55:05** com chave **a4bb1656ad1211ef99e91a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 11/06/2025

Código de Autenticação: ccf21d



Dedico este trabalho aos meus amores, que com suas batalhas em vida ensinaram-me o real significado de amar, meus avós, Tereza e Luís (*in memoriam*). Vó, virei gente grande, tá? Daqui de baixo, te amo.

Aos afetos que floresceram ao longo desse caminho... Obrigada!

todos nascemos
tão bonitos,

a grande tragédia é
que nos convencem de que não somos.

(Kaur, 2017)

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus avós maternos, que, juntos, me incentivaram na busca do saber, seja na sabedoria do tempo de colheita, seja na paciência exigida para aprender a fazer o meu próprio nó nas costuras que minha vó fazia para minhas bonecas, seja ela, talvez, no olhar para a natureza e a vida no campo, nada disso teria tanto valor sem vocês lá.

A minha tia/madrinha Jardilene, que soube ser sempre o meu ponto de partida e chegada. A infância e as flores na frente de casa têm seu cheiro em qualquer lugar que eu vá.

As minhas amigas, fiéis, amorosas e leais companheiras, Rafaela Barbosa, Larissa Fernandes e Laís Tavares, a vida é boa com vocês. Agora, mais do que nunca, sei que seremos todas histórias no final, mas vocês serão uma das minhas melhores, eu amo vocês.

Ao meu gato mal-humorado, Xadrez (*in memoriam*). Você me manteve sã na pandemia e foi o meu maior companheiro nas aulas remotas. Ainda tenho sua mantinha na porta de cima do guarda-roupa. Em outra vida, talvez, você volte.

A minha amiga/irmã Érica (sapatinho), sua presença e carinho, mesmo que tão distantes, me ensinaram que perto de quem se ama até a serenidade do silêncio é um sinal de ser bem-vinda.

Ao meu amor, Williane. Nesse nosso maravilhoso espaço-tempo, te amo.

Aos meus professores da graduação, o afeto perdurará, assim como o sentimento de profunda gratidão, muito obrigada.

Aos meus gatinhos, Frajola, Nina, Ruth e Erica, mamãe vai continuar se aprimorando para comprar a ração.

A Selton e Ruth, minhas maiores surpresa da graduação.

A Deus, por proporcionar à criança de 8 anos que ainda habita em mim realizar o sonho, outrora bobo, de ingressar em uma graduação, gratidão.

SUMÁRIO

| | |
|--|---|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2. TRANSGÊNERO/TRANSEXUAL: UMA HISTÓRIA..... | 8 |

| | |
|--|-----------|
| 3. MOVIMENTO TRANSFEMINISTA..... | 9 |
| 4. TRANSFEMINICIDIO E AS DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE DADOS NO PAÍS..... | 12 |
| 5. POLÍTICAS PUBLICAS E DIREITOS..... | 13 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 14 |
| REFERÊNCIAS..... | 14 |

TRANSEXUALIDADE: OS CONCEITOS E AS INVISIBILIDADES DE SUAS SUBJETIVIDADES

TRANSEXUALITY: CONCEPTS AND INVISIBILITIES OF THEIR SUBJECTIVITIES

Vitória Mayane Nunes Silva

RESUMO

Este artigo busca trazer e apresentar uma breve introdução ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, tendo como recorte o contexto histórico, social e subjetivo das vivências da comunidade Trans na contemporaneidade, além de provocar diálogos com a teoria queer e pesquisadores consagrados da área que fomentam o debate atual na academia sobre estas corporeidades. O presente trabalho tem como um de seus objetivos trazer outros olhares, e, dentro das possibilidades, simplificar e expor essas problemáticas além da bolha universitária na qual é comumente inserida. Nele consta dados, conceitos, teorias e problematizações acerca da construção social, cultural e política de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Trans, Gênero, Subjetividades.

ABSTRACT

This article seeks to bring and present a brief introduction to the field of gender and sexuality studies, focusing on the historical, social and subjective context of the experiences of the Trans community in contemporary times, in addition to provoking dialogues with queer theory and renowned researchers in the area who encouraged the current debate in academia about these corporeities. One of the objectives of this work is to bring other perspectives, and within the possibilities, simplify and expose these problems beyond the university bubble to what is commonly inserted. It contains data, concepts, theories and problematizations about the social, cultural and political construction of gender and sexuality.

Keywords: Trans, Gender, Subjectivities.

1 INTRODUÇÃO

Durante a produção desta pesquisa, busquei aprender sobre a multiplicidade do campo de gênero, em particular o recorte do movimento trans, uma parte de sua história, seus desafios, lutas, vivência e subjetividades. Adentrar no mundo do campo das teorias de gênero é um trabalho complexo e extremamente desafiador. Uma gama considerável de possibilidades se destaca, com mundos e possibilidades até antes pouco exploradas, que, particularmente, desabrocharam. Uma de minhas inquietações era levar e simplificar, se possível, esse debate para o cotidiano, visto que a academia é um espaço com infinitas possibilidades, contudo suas problematizações, debates e “novas” pesquisas raramente chegam à população no geral, ainda mais reconhecendo o meu lugar de mundo (mulher cis, oriunda de um contexto rural). Seria pouco provável que, em uma situação corriqueira, mesmo tendo contato com trabalhos da comunidade LGBTQIAPN+ e debates ocasionais na licenciatura, ousasse pensar/questionar outras corporeidades, identidades e

subjetividades que não estivessem em redomas vizinhas às minhas. O contato com uma jovem caloura universitária transexual, colocou em xeque essas vivências, fez a teoria se tornar real, e, somente através desta experiência, fui capaz de problematizar meus privilégios, me responsabilizar e reeducar, fazendo nascer, assim, essa breve introdução aos saberes, teorias e subjetividades da comunidade trans. Compreendo que é um campo que exige uma vida debruçada sobre, porém considero este o grande primeiro passo.

2 TRANSGÊNERO/TRANSEXUAL: UMA HISTÓRIA

É homem ou mulher? Nas normas heteronormativas sobre as quais é regida a sociedade, esse questionamento é “natural” e claro na cabeça de qualquer indivíduo que se depare com uma pessoa que não se encaixe nos parâmetros exigidos por ela; a sensação de desconforto é automatizada, principalmente ao não se obter uma resposta no exato momento, inclusive, parte daqui as minhas próprias inquietações e questionamentos sobre o tema.

Ao analisar a historicidade da experiência trans e os conceitos que foram atrelados a essa comunidade ao longo do tempo, é inevitavelmente óbvia sua problemática. Segundo Koselleck (2007), “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é conceito, social e político contém uma existência concreta de generalização, ao mesmo tempo são sempre polissêmicos, uma palavra se torna conceito se a totalidade das circunstâncias se agrega a ela”. Ao se pesquisar mais a fundo, é possível encontrar as mais variáveis subjetividades de gênero ao longo da história e em diferentes contextos históricos. O termo “transexual” emerge nas teses oficiais no século XX nas áreas médicas e da Psicologia (Psicologia, Psicanálise e Psiquiatria) como uma patologia, rotulando assim as pessoas que não atendiam ao CISTema¹ binário vigente a um lugar de marginalização e exotificação dos corpos. Neste contexto, possuía-se um rigoroso processo de burocratização do acesso a “tratamentos” e à validação desses corpos. Aqui nota-se em pleno funcionamento o dispositivo da transexualidade. Tal dispositivo, segundo Foucault:

São formados por um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas que possuem uma função estratégica de dominação. O poder disciplinar obtém sua eficácia da associação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras. (FOUCAULT, 2017, p. 244)

É no decorrer do século XX que ocorrem intensas discussões entre os ditos saberes médicos, em especial da área da Psicologia. Harry Benjamin e Robert Stoller são dois dos personagens fundamentais nos estudos do campo, ambos funcionando, de certa forma, como ferramentas fundamentais do biopoder da época. É nesse período que Benjamin cria o termo “transexual”, o qual usava para explicar todas as formas dissidentes de gênero. Como um forte defensor da cirurgia de transgenitalização, ele inclusive a cita como forma de “cura”, e mantém, através dela, sua perspectiva clara de que o “verdadeiro” transexual compartilharia do mesmo desejo. Stoller, por outro lado, acreditava que a transexualidade era uma ocorrência rara, que se desenvolveria na infância em decorrência de problemas com os pais, principalmente nas representatividades das feminilidades e masculinidades dentro de casa. É curioso pensar que, embora sejam extremamente opostos um do outro, à sua maneira, ambos se complementam quando problematizamos a patologização dessas

¹ O conceito de CISTema, introduzido por Leticia Nascimento (2021), pode ser interpretado como uma crítica à maneira como a sociedade pressiona as pessoas a se manterem dentro dos padrões de gênero, sem levar em conta a variedade de identidades e expressões existentes.

corporeidades neste recorte histórico. Berenice (2017) cita que “as divergências entre a concepção psicanalítica (transexual stolleriano) e a biológica (transexual benjaminiano) não impedem que trabalhem juntos nos programas de transgenitalização”.

É possível notar em ação as expectativas que são criadas para cada gênero especificado, sendo as corporeidades femininas responsabilizadas por reproduzir a idealização da submissão, da pureza, da mulher recatada, amável e frágil. As corporeidades masculinizadas, em contrapartida, devem performar a virilidade, agressividade e lógica que, culturalmente, é associada à figura masculina. Aqui é perceptível o quanto a construção dessa identidade é associada aos problemáticos comportamentos enraizados na sociedade patriarcal vigente, como, por exemplo, a misoginia, o machismo e a homofobia. São esses os padrões “naturais” praticados pela cisgeneridade e perpetuados dentro da norma heteronormativa que são utilizados como parâmetros para a validação de uma pessoa trans. A teórica *queer* Butler apresenta-nos a expressão “paradiás de gênero” para representar tais estereótipos reproduzidos. Berenice, uma das pioneiras da corrente teórica *queer* no Brasil acompanha Butler ao apontar:

segundo Butler, podemos analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres. Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos. (BENTO, 2017, p. 83)

Dentro de alguns movimentos sociais trans, a terminologia “transexual” ainda é alvo de constantes debates e problematizações. Mesmo no contexto contemporâneo, não é incomum encontrarmos discursos oficiais do Estado e até em organizações que lutam pela visibilidade e direitos dessas corporeidades divergentes – por exemplo, a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), uma das maiores e mais respeitadas instituições brasileiras representativas do movimento –, utilizando-se ainda o termo “transexual” como conceito padrão. Historicamente, a terminologia para alguns membros do grupo ainda é profundamente enraizada e associada ao discurso médico, que exigia do “verdadeiro transexual” procedimentos cirúrgicos e tratamentos hormonais na expectativa que o “doente” alcançasse eventualmente os padrões heteronormativos, inclusive as normas de orientação sexual.

3 MOVIMENTO TRANSFEMINISTA

O movimento transfeminista surge com o intuito de reivindicar espaços de poder, representatividade, e problematizar concepções previamente concebidas e enraizadas de uma cientificidade produzida por colonizadores europeus, assim como descartar ideias do movimento feminista tradicional, que se apoia em discursos biológicos para caracterizar sexo e gênero.

O Transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades, identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos como eles são, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca valorizar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam

elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível. (JESUS; ALVES, 2014, p. 15).

Historicamente, o CISTema atual é controlador, opressivo, violento e marginaliza todas as subjetividades que fujam dos parâmetros estabelecidos por aqueles que seriam considerados “aceitáveis”, correspondentes a um sexo biológico, principalmente dos padrões corporais exigidos para serem considerados ‘masculinos’ e ‘femininos’. Dentro desse tópico, outro ponto bastante problemático dentro dos debates é interligado, o binarismo, onde uma divisão ocorre entre os gêneros, que em teoria segue o sexo ‘biológico’ homem/mulher como parâmetro e método de controle, e, como consequência, cria-se espaços de opressão a todos os corpos que não se identificam ou não performam esses papéis. Para Berenice Bento (2011, p. 550-551), o corpo não é natural como se pensa, mas é também forjado pela cultura, pela sociedade em que nasce.

A grande filósofa, pesquisadora e feminista Simone de Beauvoir tem em um dos seus trabalhos uma das reflexões mais utilizadas na contemporaneidade, na qual afirma que “não se nasce mulher, torna-se uma”. Adentrando no assunto e passando a questionar o ser mulher e as suas definições, ela acreditava que termos como homem e mulher foram criados para subjugar, ou seja, existe toda uma construção histórica social onde se criam regras, etiquetas e normas daquilo que seriam consideradas ‘aceitáveis’ por homens que buscavam manter o controle sobre o corpo feminino e reafirmar seu poder ao reproduzir conceitos dos papéis os quais as mulheres teriam que desempenhar ao longo da vida dentro dessa sociedade patriarcal. Várias pesquisadoras do movimento transfeminista reforçam as críticas a essa ideia biologizante dos corpos, o ser mulher trans, por exemplo, ainda é regado dentro desse CISTema que exige marcadores de gênero que são considerados ‘femininos’, como passar pela cirurgia de transgenitalização, terapia hormonal, o acompanhamento e validação de profissionais cisgênero, sem contar as condutas comportamentais exigidas como comprovação social. A autora Viviane Vergueiro (2016) narra um relato bastante autoexplicativo:

Acordo pela manhã, e após algumas interações sociais através de computador e telefone celular, decido iniciar o ritual praticamente diário de controle estético de meus pelos corporais. Lembro-me, por um instante, da primeira vez em que depilei os pelos de minha perna, aos 24 anos, e dos tratamentos com laser que fiz em meu rosto para reduzir os pelos faciais. Tais procedimentos trouxeram e trazem consigo um misto da alegria da autoafirmação de gênero com a frustração das normatividades corporais que, quando desrespeitadas ‘demais’, lançam abjeção sobre meu corpo e deslegitimação sobre meu gênero autoafirmado. (VERGUEIRO, 2016, p.)

Agora, embora o inimigo seja o mesmo do feminismo tradicional, precisamos compreender que são violências diversas que acometem os diferentes tipos de mulheres. Afinal, uma mulher branca, magra, de classe média, cis, heterossexual vem de um contexto social diferente de uma mulher negra, pobre, de matriz religiosa africana, é um padrão que foge completamente daquilo que é aceitável em uma mulher. A autora Grada Kilomba, por exemplo, traz no seu trabalho a mulher negra como *Outro* do *Outro*, pois compreende que essa mulher negra não irá encontrar semelhanças em um homem, seja ele branco ou negro, e muito menos com uma mulher branca. O corpo trans entra como um sujeito na margem de todo esse contexto, seria então ele/ela o *outro* do *outro* do *outro*? A professora e ativista Leticia Nascimento (2021) acreditam que sim, pois é nos seus trabalhos que ela discorre, explica e aprofunda essa ideia:

Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos das outreridades se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossas existências. Nossas outreridades estão além; somos, de certa maneira, o Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher. Nesse sentido, é difícil para homens e mulheres cis, brancos, negros e com tantos outros marcadores reconhecer que as materializações de gênero performadas por mulheres transexuais e travestis possam estar nas lutas feministas ou ser reconhecidas dentro das mulheridades e feminilidades. (NASCIMENTO, p. 52).

Ela acredita que é nesse não-lugar que são construídas as identidades travestis, transexuais, transgêneras e não-binárias. A feminilidade e os comportamentos que são esperados em torno delas são uma forte fonte de crítica, pois são enxergadas com uma forma de perpetuar o machismo e o controle sobre o que é ser mulher, o binarismo, aliás, é um dos métodos utilizados, pois designa o masculino e feminino. Existe ainda no imaginário popular todo um estereótipo e estigma sobre esses indivíduos que foram por décadas perpetuados pelos profissionais da saúde, e que só recentemente passaram a ser desconstruídos com a conquista da retirada da transexualidade da lista de doenças mentais da Organização Mundial de Saúde (OMS). É uma conquista histórica e extremamente significativa, pois possibilita acesso a cuidados médicos, como, por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS), que atualmente disponibiliza o processo de transição de gênero, desde os medicamentos, a acompanhamento com psicólogos e a cirurgia de redesignação sexual. Embora seja motivo de comemoração, ainda está longe de ser o suficiente para assegurar a segurança, o respeito e as necessidades que devem ser sanadas para a população transexual. Questões reprodutivas são outro ponto de discussões, homens trans que optam por manter seu sistema reprodutor ou que desejam ter uma gestação têm dificuldade de encontrar atendimento especializado, ainda existindo um abismo de conhecimento sobre o assunto entre a comunidade médica. Diogo Almeida (2022) explica essas dificuldades e as exemplifica:

As pessoas trans e não binárias são uma população que merece uma atenção especial porque estão mais vulneráveis à discriminação e barreiras no acesso aos cuidados de saúde e, devido aos tratamentos que podem receber, exigem uma gestão particular da sua saúde. As implicações são específicas e diferentes da população cis, nomeadamente em matérias de contraceção, infeções sexualmente transmissíveis (IST), disfunção sexual (DS), fertilidade e rastreios oncológicos. Apesar do crescimento nos últimos anos em programas de saúde para pessoas trans e não binárias, ainda existe uma lacuna quer na informação científica disponível na gestão destes utentes quer no que é ensinado nas escolas médicas e nos programas de especialidade sobre as necessidades destes indivíduos. (ALMEIDA, 2022, p. 12-13).

A criação do termo “cisgênero”, busca expor o que é considerado “normal”, e nasce para representar todas as pessoas que não são transgêneras, estas que têm seu uso como algo pejorativo e marginalizado, problematizando a divisão biológica que é feita através dela. Ser transgênero é, acima de tudo, uma construção social e cultural, nada tem a ver com a biologia que faz questão de separá-los. Qualquer que seja a forma de invalidação desses indivíduos se classifica como cissexismo, que geralmente parte das pessoas cisgênero que buscam, através desse sistema, menosprezar e perpetuar o ciclo de opressão.

Nas produções acadêmicas contemporâneas, tanto das ciências médicas quanto das sociais, a identidade trans* é colocada sempre sob análise, tornando-se, compulsoriamente, objeto de crítica. Ao nomearmos xs

“normais” possibilitamos o mesmo, e colocamos a categoria cis sob análise, problematizando-a. Buscamos o efeito político de elevar o status de pessoas cis ao mesmo das pessoas trans*: se pessoas trans* são anormais e doentes mentais, pessoas cis também o são, suas identidades também não são “reais”; se pessoas cis são normais e suas identidades naturais, pessoas trans* também são normais e suas identidades tão reais quanto. (KAAS, 2013).

Todas essas questões são apenas o ponto inicial nessa discussão que exige uma gama de interdisciplinaridades para que todas as arestas sejam problematizadas e debatidas, é uma vertente ainda jovem do movimento feminista, mas extremamente importante para uma sociedade que ainda faz questão de negar essas existências.

4 TRANSFEMINICÍDIO E AS DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE DADOS NO PAÍS

O transfeminicídio, termo cunhado por Berenice Bento, é usado para referenciar os assassinatos de gênero que acontecem no Brasil. É importante salientar que nos deparamos com uma política de ódio sistêmica, que visa o extermínio dessa população de forma cruel e radical. A violência à comunidade LGBTQIAPN+ é corriqueira em telejornais e em mídias digitais, mas nada se compara ao movimento de ódio movido contra as pessoas trans, e não obstante é possível que muitos casos sejam subnotificados no país, já que não existem dados oficiais disponíveis. Porém, um fato é indiscutível: o Brasil, há mais de uma década, encabeça a lista dos países que mais matam pessoas trans no mundo. E, embora não tenhamos fontes 100% confiáveis na obtenção dos raros dados obtidos, estão em vigor ONGs da militância que buscam contabilizar e reunir informações para divulgar e exigir do Estado e dos órgãos públicos responsáveis direitos básicos, como a implementação de políticas públicas que garantam o direito à vida e à dignidade humana a essas corporeidades.

A ANTRA, já citada anteriormente neste trabalho, divulgou em seu site oficial no Dia da Visibilidade Trans, os números de transfeminicídios ocorridos no ano de 2023 no país. Foram 136 mulheres trans e 9 homens trans assassinados, sendo a maioria pessoas negras e pardas, mais da metade marginalizadas à prostituição. De acordo com os levantamentos divulgados pela ONG TGEU (Transgender Europe) em 2023, “quase três quartos (73%) de todos os assassinatos registrados foram cometidos na América Latina e no Caribe; quase um terço (31%) do total ocorreu no Brasil”. Berenice Bento, em um de seus artigos, traz algumas características e marcas do transfeminicídio:

O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer “eu sou mulher”, é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente. (BENTO, 2014)

Durante a pesquisa, alguns casos chocantes e brutais foram mais marcantes, tais como o de Gisberta Salce Júnior, brasileira, imigrante e mulher trans, estuprada e torturada por 3 dias, morta por um grupo de adolescentes na Cidade do Porto em 2006. Assim como o de Dandara dos Santos, morta a socos, chutes, pauladas e disparos no rosto, em 2017.

A associação mais comum é com a agressão física, tortura, espancamento e facadas. 85% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esquarteramentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. O que denota o ódio presente nos casos. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e jogadas de viadutos. (BENEVIDES, SIMPSON, 2018, p. 22).

Não adentraremos nos detalhes minuciosos de ambos os casos neste trabalho, mas deixaremos referências a obras que adentram nas especificidades e particularidades de ambas no final. Contudo, é com elas que as marcas da violência de gênero se revelam, uma nítida característica universalizante dessas corporeidades, da qual escancara-se a podridão de uma sociedade patriarcal, branca, hétero, cis, que despreza e semeia ódio a quaisquer resquícios daquilo, que, seja social ou culturalmente, performe ou represente o feminino. Torna-se claro aqui um processo de necropolítica vigente pelo Estado, termo esse criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2016), assim como o seu biopoder, concebido por Foucault (1978), o qual ele a caracteriza como "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder" (Foucault, 2008, p. 3).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS

Em 29 de janeiro de 2024, foi celebrado o vigésimo aniversário do Dia Nacional da Visibilidade Trans no Brasil. Nesta mesma data, 20 anos antes, um grupo de ativistas composto por 30 mulheres trans foi ao Congresso Nacional para criar um projeto que visava ofertar à população trans acesso à saúde, à informação e a campanhas de conscientização, além de informações sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Era o primeiro passo para trazer visibilidade a essa minoria. Curiosamente, era o primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, político próximo da população marginalizada, das camadas negligenciadas da sociedade e da comunidade LGBTQIAPN+. Embora tenha sido um 'apoiador' e aliado da pauta LGBTQIAPN+ na sua atual gestão, ainda existe muito a desejar quando se trata de políticas públicas afirmativas que atendam às especificidades da comunidade trans, e uma postura mais fervorosa e ativa sobre as pautas ainda é um campo de muita invisibilidade. Para Benevides (2022), o governo só conseguirá mudar algo de forma concreta quando assumir uma postura antitransfobia:

Ajudamos a eleger Lula, mudamos de governo, mas o contexto ainda é o mesmo. Temos uma secretária nacional que é travesti, temos algumas políticas sendo pensadas, mas eu posso dizer que a situação para a grande maioria da população trans continua inalterada, principalmente por conta da ausência de um compromisso público efetivo com a vida das pessoas trans. (BENEVIDES, 2023)

Hoje, no Brasil, a partir dos 18 anos, é possível ir até uma UBS de referência e iniciar um tratamento hormonal. Menores de idade também podem solicitar o acompanhamento com uma junta interdisciplinar de profissionais, porém com acompanhamento dos pais ou um responsável legal. É um processo lento e complexo que irá perdurar ao longo da vida.

Algumas conquistas foram asseguradas nas últimas décadas no Brasil, como a legitimidade na mudança de nome nos documentos oficiais, o acesso ao ensino superior com contas reservadas à população trans em algumas universidades do país,

a inclusão de mulheres trans na Lei Maria da Penha e cotas de trabalho em empresas privadas. Na política, as candidaturas ainda possuem uma baixa adesão devido à falta de verbas destinadas à comunidade, assim como a violência política presente. Uma das figuras mais simbólicas nacionalmente na luta da comunidade negra e LGBTQIAPN+ é Erika Hilton, a primeira mulher trans eleita como deputada federal e a vereadora mais votada do Brasil para ocupar um lugar na Câmara Municipal de São Paulo em 2020. Ela é a maior voz política e ativa da comunidade trans e negra na política da atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos, ao longo da pesquisa, os incontáveis desafios enfrentados pela comunidade trans, a violência de gênero, o CISTema em vigor com todas as suas ferramentas silenciosas e tentáculos invisíveis nas diferentes camadas sociais da sociedade e as ainda precárias políticas públicas em vigor. Acreditamos que a sociedade brasileira ainda caminhe vagarosamente rumo aos direitos mais básicos para essa parte marginalizada e invisibilizada da população. É de suma importância ter pessoas trans ocupando lugares de poder, seja elas nos postos de trabalhos, cargos públicos e de chefia ou em ambientes acadêmicos, produzindo e expressando suas subjetividades.

Compreendemos também a necessidade de aprofundamento no futuro, pois é diverso e rico o campo dos estudos de gênero, é um universo de interpretações, problematizações e debates. Acreditamos que tenhamos conseguido manter uma pesquisa simples, objetiva e acessível ao final dos esforços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diogo. **Saúde Sexual e Reprodutiva em Pessoas Trans**. Universidade do Porto, Portugal, 2022. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/141953>. Acesso em: 07 de agosto, 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BENEVIDES, Bruna G.; SIMPSON, Keila. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. 2018.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê - Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023**. ANTRA, 2024.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual** / Berenice Bento. 3ª ed. / Salvador, BA: Editora Deveris, 2017.

BENTO, Berenice. **Brasil: o país do transfeminicídio (CLAM)**. Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 04 jun. 2014.

BENTO, Berenice. **Na Escola se aprende que a diferença faz a diferença**. IN.: Estudos Feministas. Florianópolis, 2011, p. 550-551.

Castro, F. de A. S., Franklin, C. B., & Verbicaro Soares, D. **Violência de Gênero no Brasil: Análise do Caso Dandara Kettlely de Velaskes**. Revista Amor Mundi, 5(1), 49–65, 2024.

DE JESUS, J. G.; ALVES, H. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 6 de nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A Vontade de Saber**. 5a ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz & Terra, 2017.

JESUS, T. C. **Denúncia sobre o assassinato de Gisberta Salce em Indulgência Plenária de Alberto Pimenta**. Revista Periódicus, 1(10), 85–94, 2018.

KAAS, Hailey. **O que é transfeminismo?**: uma breve introdução. Transfeminismo, 2 set. 2013. Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-transfeminismo-umabreveintroducao>. Acesso em: 25 de set. 2023

KAUR, Kaur. **Outros jeitos de usar a boca**. São Paulo: Planeta, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

KOSELLECK, R. **Uma história dos conceitos**: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/101.pdf>>.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **O país que mais mata trans pelo 15º ano: Brasil! A Geografia na produção do conhecimento e a coleta de dados de 2023**. Notícias, Revista Docência e Cibercultura, janeiro de 2024, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1764> Acesso em: 28 de out, 2024.

Trans Murder Monitoring 2023 Global Update. Disponível em: <https://tgeu.org/trans-murder-monitoring-2023-global-update> / Acesso em: 01 de nov, 2024.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade, 2016.